

Semana Nacional Mutirão Carcerário

**Ministra Rosa Weber
São Paulo, São Paulo
28 de julho de 2023**

[Cumprimentos]

Boa tarde a todas e todos!

Chegamos a São Paulo.

**E com uma sensação semelhante à dos
desbravadores Bandeirantes!**

Vou explicar-lhes a razão.

**Encerramos nesta Capital - que é a
maior do Brasil - uma semana de intensas
atividades e que marcam a retomada dos
“mutirões carcerários” nacionais.**

Realizados periodicamente até meados de 2014, os “mutirões”, que enfrentaram mais de 400.000 processos, sempre estiveram permeados por um espírito de sinergia e composição dos diferentes atores do sistema de justiça.

Tal como a vanguarda modernista de 22, essa política se constitui em uma das primeiras e mais exitosas atuações que nasceram no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, e trazendo à luz - para o debate - os temas penal e penitenciário.

A retomada dessa “política em movimento” segue viva, atual e nos impondo exigentes posturas.

Mais que isso.

Os “mutirões” compreendem uma cultura de atuação judicial que nos implica com o cumprimento intransigente da Constituição da República, da Lei de Execução Penal, dos precedentes vinculantes das Cortes Superiores e dos Tratados Internacionais.

Com os “mutirões” dizemos mais: sinalizamos a necessidade de toda Magistratura brasileira colocar-se diante (e atuando) a partir de situações que impactam vidas e a própria segurança da sociedade.

A regularidade do funcionamento dos estabelecimentos penais, os quais tanto explicam a sociedade que integramos e quem somos, mostra-nos que o cárcere não é um (e nunca deve ser um) espaço de exclusão.

O afastamento social da pessoa que comete um crime não importa no alijamento ou no cancelamento da vida dessa mesma pessoa enquanto ser humano.

Devemos pensar nas prisões com um sentido pragmático. Para realizar regras claras e mínimas que viabilizem às políticas públicas visibilidade e, principalmente, viabilidade e concretização intramuros.

O poder judiciário e o poder executivo devem concorrer alinhadamente para uma atuação que prestigie os direitos dos que cumprem penas. E também dos que trabalham nos presídios.

Esse é o melhor antídoto para evitar os abusos e as ilegalidades que porventura surjam nesses espaços.

Nesta semana, em que me propus a estar presente, com minha equipe, em 5 diferentes Estados do país (e o Estado de São Paulo não foi escolhido para finalizar essa importante ação por acaso, pois reúne a maior população prisional do país), estive dentro de penitenciárias.

Hoje mesmo visitei um Centro de Detenção Provisória, verdadeiro colosso cimentado que compõe a paisagem do entorno dos que pousam ou decolam do Aeroporto Internacional de Guarulhos, que é um cartão de visitas nosso.

As prisões são lugares que desafiam as compreensões. Que nos incitam o imaginário. Repletos de pessoas, de trabalhadores, são espaços que devem se organizar sob uma rotina impecavelmente ajustada.

Tiramos esta semana para firmar compromissos com a humanização e a otimização das penas, tudo para chamar a atenção para a urgência que o sistema prisional reivindica de todos nós.

Não há (nem temos) “bala de prata”.

Manter o bom funcionamento de um sistema prisional é uma ação que não se executa sozinho, e pressupõe cumplicidades e atuações que se complementam permanentemente.

Mais uma vez, eis aqui, o sentido coletivo dos “mutirões” reaparecendo, para demonstrar que o poder judiciário e o poder executivo não prescindem um do outro. Ao contrário, atuam (ou hão de atuar) sempre sinergicamente para bem realizar todas e

cada uma das intervenções intramuros capazes de incidir sobre homens e mulheres que descontam pena, para garantir-lhes retorno à sociedade que lhes garanta oportunidades.

Quero aproveitar este momento para celebrar e agradecer o Poder Executivo do Estado de São Paulo, na pessoa do nosso estimado anfitrião, o governador Tarcísio de Freitas, que, junto com o Secretário de Administração Prisional, o Coronel Marcello, tanto têm envidado esforços em diversas e essenciais ações para vencer os desafios do sistema penitenciário diante da complexa realidade carcerária paulista.

Temos aqui um pouco mais de 190 mil presos, números maiúsculos. Um contingente de pessoas que é maior que muitas cidades deste país e hoje representa 30% do contingente prisional brasileiro.

A não haver boa organização para reger e bem tratar essa população; se não existirem formas de realizar as políticas

sociais intramuros, São Paulo, pode-se dizer com muita tranquilidade, proporcionaria desarranjos estruturais sérios para a segurança de todo o país.

Quando defendemos o bom funcionamento dos espaços penais, evidentemente que não o fazemos para reivindicar apenas o tradicional, o trivial.

Há que pensar além dos muros, e apesar deles.

Muralhas em prisões não servem apenas para separar os de dentro daqueles que convivem do lado de fora. Há algo que elas podem comunicar. Mensagens sutis e cuidadosas que se permitem endereçar a uma sociedade que clama por segurança, que tem muitos preconceitos, mas que não pode, nunca, abdicar de um tratamento digno e decente para os que cumprem pena.

Como já lhes disse, fui ao Centro de Detenção Provisória de Guarulhos para, além de visitar e ouvir os que ali se

encontram, conhecer esses muros, os muros que receberão as intervenções artísticas e as mensagens de paz de Eduardo Kobra.

Aqui quero uma vez mais agradecer a este talentoso artista pela “obra-prima”, o painel “A Constituição”, que doou generosamente ao Supremo Tribunal Federal. E que passa a compor o acervo das obras da nossa Suprema Corte, para as futuras gerações. Que mensagens lindas transmitidas pelas tintas e relatadas por você, Kobra, em carta memorável, emocionante, que acompanhou a obra, dizendo dos sentimentos sobre a “nossa Constituição” e o que este documento “representa para todos nós”.

Retomando à ação sobre os muros do CDP de Guarulhos, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, estou convicta de que a arte atua sobre o imaginário das pessoas, e nessa condição implica cidadania e reforça a dignidade daqueles que vivem sob custódia prisional e de suas

famílias, dos trabalhadores que ali se encontram, e sobretudo das pessoas que diariamente se deparam com aquele maciço de cimento que impacta a paisagem urbana.

A intervenção sobre os muros de uma prisão (e para além deles) realizada com a participação essencial das pessoas que ali cumprem pena, é uma ação sofisticada e de vanguarda que quebra os preconceitos e paradigmas que tornam aqueles espaços locais de exclusão. Não por menos o “projeto” está a receber esse nome de “SOLTA A ARTE”, para fazer com que a Arte em Presídios tome conta dos nossos corações.

Mas há outros motivos ainda para celebrar São Paulo, para além dos “mutirões” e do reencontro de todos nós com Eduardo Kobra, a quem confiamos esse importante trabalho e desafio.

Também nesta solenidade alcançamos a “Nacionalização da Ação de Identificação

Civil e Emissão de Documentos às Pessoas Privadas de Liberdade”.

Quando eu ainda estava na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral com o então Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Dias Toffoli, estabeleci parceria nesse sentido em benefício dos detentos. Informava-se que aproximadamente 70% da população prisional não detinha documentos.

Eu não imaginava que o destino me permitisse hoje festejar a conclusão desse ciclo virtuoso.

Concluir a implementação desta importante ação de cidadania patrocinada pelo Conselho Nacional de Justiça nas 27 unidades federativas é acreditar que podemos, sim, reverter o desfavorável “estado de coisas inconstitucional” em que se coloca o sistema prisional brasileiro, proclamado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347.

O compromisso com a erradicação do sub-registro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica são atividades elementares sem as quais o sentido de pertencimento social dos privados de liberdade nunca será alcançado.

Essa ação, aliás, foi verdadeiramente uma ação plural, pactuada entre todos os Poderes e em todas as esferas.

Mais de 5.400 kits biométricos distribuídos em todo o país e uma costura interinstitucional movimentou mais de 150 parceiros, mais de 7.000 pessoas, tudo para tornar brasileiros, os pouco mais de 650 mil presos do nosso país, cidadãos de verdade.

Os kits biométricos chegaram a cada Estado, para os TJs, TRFs e Poderes Executivos, para a identificação de todas as pessoas que adentram no sistema penitenciário ou lá já estejam recolhidas.

A restauração da cidadania de uma pessoa privada de liberdade pressupõe, necessariamente, a possibilidade de acesso às políticas de educação, saúde, distribuição de renda, moradia e trabalho, durante e após o cumprimento da pena. Esse acesso, porém, somente se alcança com documentos.

Certidão de nascimento, RG, CPF, título de eleitor: a existência e a posse de todos esses documentos civis mediam o exercício pleno da cidadania. O acesso integral a direitos do cidadão é impraticável sem eles.

Quem não tem documentos civis não consegue estudar, nem trabalhar formalmente. Não vota. Não consegue ter bens em seu nome. Consegue, sim e apenas, atendimento médico de emergência. Mas não é vacinado e não acessa programas de distribuição de renda.

Há vezes em que a falta de registro civil representa inclusive um apagamento da própria história.

A certidão de nascimento é também um elemento de recuperação de laços e valorização da trajetória familiar. Não conhecer a própria origem é jogar com a desconfiguração humana da própria individualidade.

A regularização da documentação civil é apontada como uma das demandas básicas mais importantes, na saída imediata da prisão. Há uma relação de consequencialidade entre a indocumentação e o desemprego, entre o desemprego e a reincidência.

Além disso, a identificação civil (correta e adequada) de quem está sob custódia estatal visa a suprir inaceitável lacuna na gestão de dados prisionais, que até hoje se apresenta entre nós mediante informações imprecisas, impedindo uma eficiente execução de políticas públicas.

A autenticada e confiável identificação pessoal e documentação da população privada de liberdade também permite uma

correta individualização da pena, evitando não só o sub-registro, mas também a duplicidade de identidades e as fraudes na execução penal.

Os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, representados aqui pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, na pessoa do Des. Ricardo Anafe, e pelo TRF3, na pessoa da Des. Marisa Ferreira dos Santos, tenho a certeza disso, vão se empenhando para que ninguém entre no sistema penitenciário sem estar identificado.

O Poder Executivo, mediante as Secretarias de Administração Penitenciária, e aqui sob a batuta do Secretário Marcello, também começou a realizar a identificação civil de todos que já se encontram recolhidos no cárcere e a movimentar o fluxo de emissão desses documentos.

A Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais, os Institutos de Identificação, a Receita

Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais e outros parceiros, atuando diretamente na ponta, estão emitindo confiavelmente os diversos documentos civis que fazem parte do “combo” de identificação que esse projeto busca realizar.

Nós, agentes públicos, temos o compromisso de zelar pela efetividade dessas realizações.

Todos sabemos que dificuldades para o acesso ao mundo do trabalho e à moradia, o estigma dos antecedentes penais, as dificuldades cognitivas e a defasagem informacional (e também emocional), a vinculação e a dependência com relação ao “mundo do crime” são apenas algumas das múltiplas dificuldades enfrentadas por aqueles que tiveram contato com o cárcere.

A documentação civil é um direito fundamental básico e obrigação estatal das mais imprescindíveis. Não pode ser mais uma dificuldade a barrar o restauro da cidadania.

Por fim, e não menos importante, celebramos também aqui, neste Palácio que é a “grande Casa do povo paulista”, a adesão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.

O Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos é uma iniciativa engendrada pelo Conselho Nacional Justiça para a promoção e a defesa dos direitos humanos em nosso país, sob o marco do controle de convencionalidade e sob o prisma da centralidade das vítimas.

Direitos humanos são pilares essenciais de qualquer sociedade democrática. Direitos humanos garantem a igualdade de todos perante a lei e o acesso à justiça para todas e todos, sem exceção.

São institutos jurídicos que visam à mitigação do sofrimento e a promoção dignidade da pessoa humana.

Como diz Hannah Arendt, “os direitos humanos não são um dado, mas são um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução”.

E porque os direitos humanos não são uma informação apriorística qualquer é que eu afirmo: é essencial a ação por eles e é fundamental a coragem de implementá-los diante de todos e de todas do sistema de justiça.

O TRF3 e o TJSP, dois dos maiores Tribunais deste país, ao aderirem ao Pacto, dão exemplo e fortalecem “a construção e reconstrução dos direitos humanos”. Ganha o povo de São Paulo. A cidadania paulista e paulistana. O Brasil!

Milan Kundera, que há pouco nos deixou, em seu clássico “A Insustentável Leveza do Ser”, pontua: “Muitas vezes nos refugiamos no futuro para escapar do sofrimento.”

Hoje, não estamos a fugir e nem a nos

refugiarmos no futuro, mas conhecemos o que é o sofrimento. E sabemos que não podemos retroceder. Que não devemos tolerar o retrocesso. Nesta data, damos novos passos, construindo o presente em um novo amanhã.

Parabenizo os Desembargadores Ricardo e Marisa, o TJSP e o TRF3, os juízes e juízas paulistas, por esta importante decisão e conclamo todo o Poder Judiciário a se unir em torno desta causa. Somente juntos poderemos construir um Brasil mais humano, inclusivo e mais justo para todos.

Saúdo todas e todos os presentes e manifesto o meu mais sincero apreço pelas instituições locais, que aqui celebram verdadeira aliança para a superação do estado de coisas inconstitucional em que ainda se encontra nosso sistema prisional.

São auspícios como esses que transformam a nossa realidade e promovem a efetiva paz e a justiça social.

Desejo a todos nós um excelente mutirão processual penal e êxito para as políticas que hoje se lançam aqui em São Paulo e se apresentam como bons modelos para todo o país.

Muito obrigada!